

INTERCULTURALIDADE E ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O INDÍGENA: A IDENTIDADE EM SALA DE AULA

INTERCULTURALITY AND ANALYSIS OF THE INDIGENOUS SPEECH: THE IDENTITY IN A CLASSROOM

Mário Jorge Pereira da Mata¹

Resumo

As reflexões sobre identidade são comumente desenvolvidas pelas áreas reconhecidas das ciências sociais; contudo, cada vez mais, a área de letras se insere nos desafios referentes a estas questões. Este trabalho se propõe, por meio da Análise do Discurso de Linha Francesa pecheuxtiana, a investigar como o discurso do senso comum sobre educação se constitui numa ameaça à identidade indígena. Autores como Eni Orlandi, Oswald Ducrot e Stuart Hall se apresentam como fundamentais para a fundamentação de nossa proposta. Dessa forma, se consideramos que a promoção da inclusão indígena é uma boa proposta para se tentar minimizar as injustiças sociais realizadas ao longo da história, consideramos também a importância de se refletir sobre as consequências desta iniciativa para que, uma vez levantados os problemas, seja possível repensar as práticas de ensino para esta população.

Palavras-chave: Interculturalidade. Discurso. Identidade.

Abstract

Reflections on identity are commonly developed by recognized areas of Social Science; however, more and more, the area of Letters is inserted in the challenges related to these issues. This work proposes, through the Analysis of the French Line Discourse pecheuxtiana, to investigate how the discourse of the common sense on education constitutes a threat to the indigenous identity. Authors as Eni Orlandi, Oswald Ducrot and Stuart Hall present themselves as fundamental for the foundation of our proposal. Thus, if we consider that the promotion of indigenous inclusion is a good proposal to try to minimize social injustices throughout history, we also consider the importance of reflecting on the consequences of this initiative so that, once problems rethink the teaching practices for this population.

Keywords: Interculturality. Discourse. Identity.

¹ Doutorando Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Graduado em Letras com Francês pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor do Instituto Federal Baiano (IFBaiano). Contato: mariodamata@hotmail.com

Considerações Iniciais

As reflexões sobre identidade são comumente desenvolvidas pelas áreas reconhecidas das ciências sociais; contudo, cada vez mais, a área de letras se insere nos desafios referentes a estas questões, propondo teorias discursivas e seus dispositivos teóricos e analíticos para analisar as formações e as representações de identidade. Este trabalho, especificamente, é compreendido pelos diálogos com profissionais da área de pedagogia ligados à temática indígena e o contato com documentos produzidos pelos próprios índios.

Inseridos numa perspectiva na qual a questão da identidade deve ser debatida, este estudo se propõe, por meio da Análise do Discurso de Linha Francesa de Michel Pêcheux, a investigar como o discurso do senso comum sobre educação e a prática oficial de educação no Brasil se constituem numa ameaça à identidade indígena. Para isso, são analisados 9(nove) memoriais de vida e de trajetória escolar produzidos por discentes bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID/Diversidade, da área Intercultural, no contexto da Licenciatura Intercultural do IFBA - *Campus* Porto Seguro (BA-Brasil).

Os discursos dos discentes indígenas foram elencados a fim de compreender de que forma as promessas de melhorias através da educação por parte do estado brasileiro (o estado brasileiro como reflexo de um processo maior – colonização, Europa-ocidente, a ideia de escola para todos apregoada desde a revolução industrial) foram incorporadas por estes atores em sua escrita e como podem estas contraditoriamente contribuir para um processo de fragilização dos traços identitários ou até mesmo apagá-los. Além dos enunciados assinalados nos documentos, são levados em conta para o processo de análise as condições de produção, a história e a memória e os implícitos. Autores como Eni Orlandi, Oswald Ducrot e Stuart Hall se apresentam como fundamentais para a reflexão proposta. Este texto, portanto, suscita debates sobre conceitos de identidade bem como avalia o impacto da ideologia do outro como instrumento de apagamento de valores indígenas e como este contato intercultural poderia ser realmente enriquecedor para todos atores envolvidos no processo de compartilhamento de conhecimento.

A internalização do discurso oficial

Em uma perspectiva discursiva, passamos a pensar não mais o discurso sobre o índio, mas o discurso do índio e seus efeitos. Tendo em vista que os sujeitos constroem suas identidades afetados pelo simbólico e pelo ideológico. Estas, ao serem discursivizadas, não se constituem como uma unidade identitária, mas como efeitos de identidade. Identidade esta que é definida historicamente, e não biologicamente. Esse processo produz um sujeito pós-moderno, sem unidade fixa, essencial ou permanente; mas formada e transformada em relação às formas por meio das quais somos representados ou interpelados culturalmente (HALL 2005, p.13)

Para se estabelecer a análise proposta no início deste, um pouco de história se compreender as condições de produção, nas quais estes novos discursos estão inseridos. Entendemos que as condições de produção condicionam um conjunto de processos da vida social e a língua, como fato social e histórico, está irremediavelmente influenciada por essas condições e pelos contextos que permitem que o discurso tenha sentido (ORLANDI, 2012, p. 73).

Observando o movimento da história, temos alguns fatos a rever: em 1822 foi um período no qual o indígena esteve em voga, principalmente no campo da literatura por uma busca da “verdadeira” nacionalidade brasileira. A nação indígena era o lugar perfeito para marcar a diferença e a independência em relação a Portugal: os índios, habitantes do Brasil, foram ‘domesticados’ pelos europeus, por consequência tiveram de se adequar às leis brancas dos que aqui chegaram. O esforço dos colonizadores era o de transformar culturalmente as “feras” em gente “civilizada”, impondo leis, conversão para o cristianismo e mudança de sua língua.

A colonização, como sabemos, foi um processo traumático a história brasileira. A população brasileira precisa de quase cinco séculos para que a questão do índio brasileiro surgisse a partir de uma visão outra que não a dos colonizadores, para que preconceitos comesçassem a ser reduzidos. Em virtude das reivindicações das diversas etnias e seus colaboradores, o movimento dos índios brasileiros garantiu uma série de direitos na Constituição de 1988. Um dos mais importantes está atrelada a educação, o que inclui a prática do bilinguismo intercultural.

Santiago (2013), ao ler Moreira (2000), sinaliza ser nos anos de 1990 o momento em que as reformas curriculares foram influenciadas pelos estudos culturais, pelo pós-modernismo, pelo pós-estruturalismo. Este contato com a criticidade e a sensibilidade propiciou novos elementos aos temas abordados como a transversalidade no currículo, o currículo como espaço de construção de identidades e o multiculturalismo.

A perspectiva multicultural se configura em uma proposta de educação capaz de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, promovendo a igualdade de oportunidades, uma proposta democrática, mais ampla. Para Mendes (2008, p.57), a prática multicultural se constitui em definir novos conteúdos e materiais que podem contribuir para melhor aprendizagem; e, de modo mais amplo, incluir, na pedagogia, a dimensão cultural que envolve o processo de ensino/aprendizagem, o contato entre sujeitos e falantes de línguas muitas vezes distintas.

Numa perspectiva dialógica, centrada nas relações interculturais, as experiências de ensinar e aprender pressupõem um constante ir e vir entre teoria e prática, entre fazer e desfazer, entre construir e desconstruir e construir significados, entre ser aprendiz e professor, ser sujeito das ações e também observador (MENDES, 2008, p.58)

A valorização do índio e de sua cultura foi materializada não só pelas práticas acadêmicas, como também por algumas políticas públicas de promoção do índio, inclusive linguística e de educação. Criaram instituições que tutelaram o índio, as universidades instituíram grupos de pesquisas que se ocupam da população indígena, tratando de sua cultura por meio de diferentes abordagens.

Uma dessas políticas públicas é o fomento de cursos de Licenciatura Intercultural e um exemplo se encontra no sul da Bahia. Algumas licenciaturas deste perfil vêm contando com o apoio do programas de Iniciação à Docência – PIBID/Diversidade, da área Intercultural. Programas como esses pretendem promover ações de aprendizagem integradas, voltadas para a produção conjunta de conhecimento, devendo valorizar a interação entre os sujeitos-mundos culturais diversificados (MENDES, 2008, p.59).

E, por meio da Licenciatura intercultural indígena do IFBA campus Porto Seguro- direcionada para docentes em exercício, egressos do magistério e do ensino médio, gestores e técnicos em educação que trabalham em escolas indígenas – houve o contato

com os memoriais referentes à conclusão de curso. Percebe-se nos memoriais a materialização duas formações discursivas as quais rivalizam no mesmo documento. Entende-se como formação discursiva enunciados apresentando regularidades que são presentes na dispersão, sobretudo, ideológica (FOUCAULT, 2014). Assumindo um posicionamento discursivo, denominar-se-á, sem a intenção de generalização, a Formação Discursiva Indígena como a caracterizada pela proximidade com os traços inerentes à cultura do índio, na qual se percebe a valorização da cultura indígena na escrita dos memoriais, bem como a conscientização dos seus autores, sabedores da importância de suas representações para suas etnias e suas comunidades. Já a outra, vincula-se ao senso comum e está ligada à cultura ocidentalizada-branca. O discurso é proferido por um único sujeito índio, contudo as formações ideológicas que compõem esse discurso duelam, gerando impactos identitários. As ideias de senso comum por muito tempo constituíram o discurso oficial que está presente nas normativas, projetos e ações provenientes do Estado e das instituições que o representam. Dessa forma, a ideia de uma escola que pode gerar conhecimento e este conhecimento possibilitar a melhoria de vida possui uma longa história que se retroalimenta no senso comum, reproduzida pelo discurso oficial.

Formação discursiva indígena

I - A minha infância foi de muita luta e caminhada, mais também tinha momentos muito bons, quando eu e meus irmãos íamos pescar de canoas no rio enquanto a minha mãe lavava roupa. Brincava de esconde-esconde, de roda, dançava o AWÊ com os nossos primos. Tenho muita saudade de onde nasci do rio quando íamos pescar que víamos com muitos peixes e minha mãe nos recebia com aquele sorriso de mãe, e do araçazeiro que ficava no fundo do meu Kijeme (casa). **AF**

II - Confesso que fiquei com um pouco de medo de ser discriminada na escola por ser indígena mais nunca neguei a minha origem. **CR**

III - nasci e sempre convivi em comunidades indígenas pataxó lutando juntamente com outros parentes para conquistas de melhorias para o nosso povo. **MG**

IV – **RO**



Casinha onde nasci 1972,

Formação discursiva do senso comum

I - Até porque nem pensávamos de sair dali, mais meus pais pensando em nós começou andar e procurar outros lugares ou aldeia mais desenvolvidos para que pudéssemos conhecer outras culturas diferentes buscando um jeito melhor de oferecer um estudo mais avançado para nós filhos, porque ele não sabia ler mais acompanhava o nosso estudo e via que tinha um futuro acadêmico nos esperando.

[...]Em toda minha vida profissional sempre busquei me aperfeiçoar em tudo que faço. Minha formação é Magistério, Magistério Indígena, graduado em pedagogia AED e estou cursando a pós-graduação em coordenação e planejamento. **AF**

II - Bem os anos seguintes foram bastante aproveitáveis, pois estava conhecendo um mundo novo, conhecimentos novos, ou seja novas descobertas, e assim os anos foram se passando e eu a cada dia subindo mais um degrau de conhecimentos.

[..]Meu pai sempre falava “vocês tem que estudar para serem alguém na vida”. **CR**

III - Esse primeiro encontro de acadêmicos indígenas foi de grande importância para todos nós que acompanhamos as palestras, foi uma experiência única onde pude ver e conversar com pessoas indígenas tão intelectuais que pensei “devo estar sonhando”. Será que um dia eu chegarei lá? **MS**

IV - As minhas expectativas na licenciatura eram grandes em relação aos conhecimentos que supostamente alcançaria se caso fosse contemplada no curso.

[...]Fez-me compreender de forma tranquila que não há complicação nenhuma nas disciplinas citada acima. Essas disciplinas que eram o terror da minha carreira profissional se tornaram a minha maior aliada no meu dia a dia. Passamos momentos de muita tensão nas reuniões, seja para organização dos grupos quanto para o andamento do curso, mais em tudo falando foi um aprendizado. **RO**

Memoriais de discentes bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID/Diversidade, da área Intercultural, no contexto da Licenciatura Intercultural do IFBA - Campus Porto Seguro (BA-Brasil).

Elencamos acima trechos de quatro memoriais, a fim de propiciar ao leitor uma melhor compreensão. Destacou-se fragmentos de um mesmo informante com formações discursivas diferentes para evidenciar ainda mais as contradições da formação ideológica dos sujeitos discursivos. A formação ideológica que compreendida como um conjunto complexo de atitudes e representações, determinará as formações discursivas. Nesse caso, pode-se dizer que a formação ideológica é constituída de várias formações discursivas que se entrelaçam, formando interseções heterogêneas (PÊCHEUX, 2009).

Em todos os documentos, até pela natureza do gênero textual, há uma regressão à infância, seja narrada, seja ilustrada por delicadas gravuras, quase sempre atrelada aos costumes indígenas. Destacável também é o orgulho, a consciência e a descrição da militância relatada na construção dos memoriais. Por meio de suas narrativas de trajetória de vida, percebemos que esses sujeitos enunciadore são protagonistas ou buscam um protagonismo no fazer educação em suas comunidades, idealizando, no ensino e na disseminação do conhecimento, poderosos instrumentos de transformação.

É exatamente ao se referirem à necessidade e à importância do conhecimento que os enunciadore dos memoriais materializam outra formação discursiva. Nos documentos, são valorizados apenas o conhecimento oficial, atrelado à ocidentalização e à cultura do branco. Enunciados como “sair para oferecer um estudo **mais avançado** para nós filhos [...] ele não sabia ler mas acompanhava o nosso estudo e via que tinha um **futuro acadêmico** nos esperando”, transcritos do memorial de um indígena, revela expectativa de ascensão intelectual e/ou econômico através do contato com o ensino tradicional. Esse posicionamento discursivo também fica evidenciado em outro documento “**As minhas expectativas na licenciatura eram grandes em relação aos conhecimentos** que supostamente alcançaria se caso fosse contemplada no curso.” Já, em outro memorial, esta ideia também se faz presente no seguinte trecho “conhecimentos novos ou seja novas descobertas, e assim os anos foram se passando e eu a cada dia subindo mais um degrau de conhecimentos”. [...] Meu pai sempre falava “**vocês tem que estudar para serem alguém na vida**”.

Percebemos que o informante adiciona ao seu discurso a inferiorização quando enuncia: “Foi uma experiência única onde pude ver e conversar com pessoas **indígenas tão intelectuais** que pensei **devo estar sonhando**. Será que um dia eu chegarei lá?” Este enunciado além de valorizar o saber oriundo da formação tradicional, revela um

subjugamento descrito pelo enunciador uma vez que ele põe em dúvida sua capacidade de integrar a classe privilegiada dentro da sociedade branca, além da sacralização de valores ocidentalizados como o desejo pela intelectualização.

Esses nossos gestos de interpretação foram possíveis porque não trabalhamos apenas com o que está posto, o que foi dito. Há nestes enunciados subtendidos. Em tempo, para Ducrot (1987, p. 19) um traço que merece destaque consiste no fato de que existe sempre um enunciado com subtendidos. Ainda para o autor, o subtendido permite acrescentar alguma coisa ao enunciado sem dizê-la. Subtende-se que, ao se produzir sentenças como “estudo mais avançado”, somado a necessidade de “subir mais um degrau de conhecimentos a fim de ser alguém na vida”, é dado maior prestígio ao ensino tradicional. Da mesma forma que se pressupõe que os diversos ensinamentos, os aprendizados não convencionais, a tradição indígena são inferiores. Os sujeitos discursivos, autores dos memoriais, atravessados por uma subjetividade que compreende o político e o ideológico reproduzem a ideologia dominante materializada na linguagem.

Chama atenção ao se ler os memoriais que a assinatura dos documentos (ver as iniciais em itálico quadro acima) não é feita pelos seus autores com seus respectivos nomes indígenas. Isso se justifica pelo fato de que a população indígena não poderia registrar anteriormente seus nomes com a recusa dos cartórios. Só a partir da constituição de 1988 é que esse processo começou a mudar. Os indígenas, até a década de 1950, eram considerados categoria em vias de extinção.

Ao se ler nos memoriais, percebe-se, em vários momentos enunciativos, os índios fazem referência a lugares, pessoas, deuses. Esses elementos são nominalizados em língua portuguesa e em sua respectiva língua nativa, como, por exemplo: o ser supremo, denominado ora como Deus e ora como Niâmisu; morada denominada ora como casa e ora como Kijeme. Contudo, isso não acontece em relação a seus nomes. Nos memoriais, apenas os nomes de registro são visualizados. Há, neste sentido, um apagamento não consentido uma vez que os indígenas foram preteridos pela construção histórica. Interpretamos, dessa forma, uma vez que na produção de texto formais há um apagamento da identidade indígena, materializada na língua, constituindo-se num discurso que fragiliza a cultura indígena. Pecheux (2009) e Orlandi (2012) comungam da ideia de que todo discurso é ideológico, uma vez que a ideologia funciona pelo

inconsciente e é materializada na linguagem. A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua.

Para Orlandi (2012, p.213), nos processos discursivos há sempre “furos”, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para a compreensão. São estas pistas - a não referência dos nomes indígenas nos memoriais- que apontam para uma ideologia de desvalorização indígena ainda que este discurso tenha sido produzido pelo próprio índio. Esse fenômeno para a Análise do Discurso se justifica por conta de todo dizer se produzir sobre um já-dito (ORLANDI, 2012, p.171). Há, nos memoriais, a partir da ocultação deste importante traço identitário, uma manutenção de sentidos que destoa do discurso consciente e apoderado de grande parte da população indígena e dos próprios autores dos memoriais.

Uma outra noção importante para esta análise é o silêncio. De certo, muito semelhante à noção sobre implícitos com os quais acabamos de trabalhar e que por isso mesmo cabe uma breve distinção. Orlandi (2007) esclarece que, diferente dos implícitos, o silêncio não tem uma relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras.

Dentre os diferentes tipos de silêncio, trazemos à tona aquele classificado por Orlandi (2007) de silêncio constitutivo. A política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis em determinada situação discursiva, é feito um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Nos memoriais, foram silenciadas outras formas de disseminação de conhecimento, outras formas de saber, exatamente àquelas atreladas à cultura indígena. Quando citadas, em apenas uma ocorrência, não foram postas no mesmo patamar de prestígio atribuída à formação escolarizada tradicional. A partir desta perspectiva de silêncio, podemos avaliar como apagamento/silenciamento a ocorrência na qual os autores não fazem menção aos seus nomes nativos na composição dos memoriais. Importante frisar que, na condição de grande parte dos indígenas, a escolha do nome não era uma mera escolha. Foram obrigados a adotarem a língua do conquistador.

Identidade em movimento

O caráter estático da identidade parece que foi superado para os estudiosos que pesquisaram e pesquisam seu conceito, sua essência e seu processo de formação. Ciampa (1993), Dubar (1997), Hall (2005) entendem, cada um com as suas especificidades, a identidade como metamorfose, ou seja, em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos.

Quando põe identidade em questão, o escritor Stuart Hall (2005) afirma que as identidades modernas estão sendo deslocadas ou fragmentadas, o que resulta numa descentralização. Este é, aliás, o princípio do seu livro no qual ele versa sobre a identidade cultural na pós-modernidade. Em uma velocidade nunca vista, os contatos culturais se tornaram mais comuns. Trocas de informações, de experiências e de conhecimento promovem enriquecimento, choques, apropriações e homogeneizações culturais cada vez mais intensas e mais difíceis de serem avaliadas. Por esta razão as questões de etnia, raça e nacionalidade também entram neste bojo.

Para Hall (2005, p.12) o sujeito concebido com uma identidade estável, está se tornando fragmentado, composto de muitas identidades e estas, por sua vez, muitas vezes, são contraditórias, atravessadas por diversas influências sociais/culturais. Este assume uma variedade de posições de jeito, ou seja, posições de identidade. O que significa afirmar que a identidade é um processo cultural, construída nos discursos sociais que circulam na sociedade.

Destacamos este pensamento por estarmos filiados a uma Análise do Discurso que dialoga com princípios dos Estudos Culturais. Esta aproximação é estabelecida pela concepção de identidade, que é entendida pela AD como uma construção discursiva situada em dado momento histórico. E por entender, assim como Hall (2005, p.34) que é necessário “compreendê-la como produzida em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. Da mesma forma que a AD, os Estudos Culturais abordam o sujeito social sendo disperso, fragmentado, múltiplo, assim como as identidades.

Pensar o discurso indígena pataxó e sua relação com o discurso do senso comum – retroalimentada por instituições reguladoras - já é um modo de ler a relação que se

estabelece entre esses dois discursos, que se implicam numa relação na qual o primeiro ocupa o lugar à margem e o segundo o lugar ao centro. Talvez as práticas de inclusão das quais se fala muito hoje acentuam ainda mais a centralidade como centro e a marginalidade como margem, delimitando-se assim as diferenças entre ambos. Ademais, as práticas de inclusão podem fazer com que a próprio índio retroalimente o discurso de senso comum, uma vez que a ideologia inserida nestes modos de dizer o torna mais visível para a sociedade. Ideologias outras assumidas e incorporadas pelo índio trarão reflexos à sua identidade. Compreendemos que a identidade é o resultado da interação entre o “eu” e a sociedade. O sujeito, assim, assimila ideias, forma sua identidade, ao longo do tempo, através de processos inconscientes (HALL 2005, p.39).

Compreendemos que processos identitários são refletidos na língua e no discurso. E é também na língua, como em outras atividades sociais, que as representações e a identidade de grupos sociais estão materializadas (HALL, 2005). A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste aos seres humanos. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 2005, p.40).

Sob a influência de tal princípio, passamos a refletir de forma pressuposta que o espaço de constituição de saberes, seja ele de qual nível, coloca em jogo a diversidade étnico-cultural. A partir dos discursos analisados, os apagamentos e a valorização das formas de conhecimento do outro, traços culturais e identitários indígenas podem ser perdidos uma vez que o discurso do senso comum é o discurso das melhorias, do desenvolvimento. Em nossa análise, observamos que o sujeito-índio sofre as coerções e interpelações dessas relações e das filiações sócio-histórico-ideológicas que produzem fragilização no processo de sua formação coletiva.

O sujeito busca encontrar um lugar de inscrição para si e para seu dizer discursivizando designações que configuram o espaço das diferenças, em enunciados, como os da discente CR, constata-se ora o orgulho “Tenho vinte e oito anos, sou indígena e com muito orgulho”, ora a consciência “só que naquele tempo ainda não existia o movimento indígena ou se existia estava adormecido”. Essas designações configuram o espaço de identificação e de constituição do sujeito-índio; por outro lado, o sujeito que apaga as formas de disseminação de conhecimento de seu povo, referindo-se apenas à

alfabetização não-índia, à universidade, ao conhecimento do homem branco pode revelar um processo de esquecimento de sua história/memória.

Os projetos interculturais se constituíram em grandes aliados para o fortalecimento desta história/memória na medida em que algumas ressalvas não sejam esquecidas dentre as quais destacamos duas. O pesquisador Gilvan Müller (1999, p.27) alerta o cuidado que se deve ter quanto à assessoria aos povos indígenas. Para ele, povo indígena e assessoria têm destinos associados, contudo há o perigo que o projeto do assessor não deixe espaço para o projeto do povo indígena. Consequência é o abandono do projeto no momento da saída do assessor da comunidade. Quando o projeto indígena prevalece, segundo o professor, ele é contínuo, desenvolvendo-se em direções inesperadas, adquirindo uma nova qualidade.

Ainda Müller (1999, p. 27), na condição de linguista, descreve que muitos de seus colegas que trabalham com línguas indígenas têm mais compromisso com a tradição da própria disciplina do que com as reais necessidades dos professores indígenas. Neste sentido, a forma por meio da qual este profissional vê sua responsabilidade, pode ser mais prejudicial do que benéfica para o projeto político-pedagógico dos povos indígenas. Não se pode esquecer que o fazer intercultural exige uma pedagogia que afirme a diferença em seus aspectos histórico-político-sociais e de poder. Essa proposta dialógica e de encontro entre membros de culturas diferentes, possibilitaria atitudes que desenvolvam sentimentos positivos em relação à diversidade étnica, cultural e linguística. A partir daí, teremos novas práticas e novos discursos. Língua materializada na prática social, usar a língua é fazer parte da cultura. É um modo de interpretar e/ou reproduzir a cultura. Cultura como interpretação, como matriz de significados.

Conclusão

Sabemos que o contato da cultura europeia com a indígena se deu de forma violenta. A cultura ocidental imposta no Brasil permitiu a interpretação do indígena como o “outro” e do europeu como o “centro”. Diante deste fato, percebemos que esta construção identitária, por estar presente ainda hoje nas práticas sociais, tem sido resignificada no contexto das políticas públicas de inclusão indígena. Pensando o indígena na atualidade, é relevante, então, considerar que, se por um lado os povos

indígenas têm direito à igualdade como, por exemplo, ingressar no ensino superior, constituindo-se como “cidadão brasileiro”, por outro, têm o direito à diversidade.

A constituição de 1988 rege que os indígenas tem direito à educação bilíngue, aprendendo em suas línguas maternas e desenvolvendo processos que sejam próprios para a sua aprendizagem. Entretanto, muitas vezes, ainda faltam professores qualificados para que isso seja realizado, faltam verbas, faltam escolas. Enfim, são inúmeros os problemas enfrentados pelos indígenas, o que acaba dificultando as diretrizes defenderem que a escola indígena deve ser específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

Se considerarmos que a promoção da inclusão indígena é uma boa proposta para se tentar minimizar as injustiças sociais realizadas ao longo da história, consideramos também a importância de se refletir sobre suas consequências para que, uma vez levantados os problemas, seja possível repensar as práticas de ensino para esta população. A análise das políticas públicas de inclusão pode, então, permitir uma reflexão inicial sobre a inclusão da diversidade pela linguagem e nos apontar caminhos para a formação de professores indígenas bilíngues que atendam, de fato, as necessidades indígenas.

A inclusão da construção da identidade nas propostas educacionais merece, portanto, um tratamento capaz de situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e papel nas aldeias, quer se trate dos grupos indígenas em suas relações interétnicas e com a sociedade nacional.

Do trabalho com a identidade decorre, evidentemente, a questão da construção da noção de diferença. Nesse aspecto, é importante a compreensão do "eu" em uma sociedade com características igualitárias, com a percepção do "outro", do estranho, que se apresenta como inimigo ou como simplesmente alguém diferente em sexo e idade. Para se levar à compreensão do "outro", os estudos devem começar por identificar as diferenças no próprio grupo de convívio, considerando os jovens e velhos, os homens e as mulheres, as crianças e os pais e o "outro" exterior, o "estrangeiro" que fala outra língua, que se veste diferentemente, o branco em suas contradições de explorador ou de protetor, do que estabelece trocas comerciais. Novamente nos defrontamos com situações complexas na configuração de programas escolares que possam situar as diferenças entre os indivíduos e as diferenças entre as diversas sociedades.

Um ponto que é importante esclarecer sobre o conhecimento do "outro" é a possibilidade de aumentar o conhecimento sobre si mesmo, à medida que conhece outras formas de viver, as diferentes histórias vividas pelas diversas sociedades. Conhecer o outro significa comparar situações e, nesse processo comparativo, o conhecimento sobre si mesmo e sobre seu grupo aumenta consideravelmente.

Essas são apenas algumas considerações que têm por finalidade maior introduzir o debate sobre as formas, métodos e conteúdo para o ensino intercultural. Dentro desta expectativa, permanece a afirmação inicial — o ensino de e para as populações indígenas é um enorme desafio para o qual os profissionais de educação devem se aprimorar diariamente interagindo com os indígenas, compilando seus desejos, suas ambições e suas expectativas, a fim de promover integralidade e desenvolver alternativas para a consolidação do seu empoderamento.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, Antonio. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

DUBAR, Claude. **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em A socialização. Porto: Porto Editora, 1997.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes 1987. Revisão técnica de tradução Eduardo Guimarães.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Tradução. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro.

MENDES, Edleise & CASTRO, L. Maria. **Saberes em português: ensino e formação docente**/ Edleise Mendes, Maria Lúcia Souza Castro (org.) – Campinas, SP: Pontes editores, 2008.

MÜLLER, O. Gilvan. **O que quer a linguística e o que se quer da linguística – a delicada questão da assessoria linguística no movimento indígena**. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a04v1949.pdf>

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e Ideologia**. Campinas, SP: pontes Editores, 2012.

Revista Cenas Educacionais, Caetitê – Bahia - Brasil, v. 1, n. 1, p. 207-221, jan./jun. 2018.

_____. **As Formas do Silêncio: movimento dos sentidos** - Campinas, SP: editora UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora UNICAMP, 2009. Tradução Eni Puccinelli Orlandi.

SANTIAGO, C. Mylene. **Educação intercultural: desafios e possibilidades**/ Mylene Cristina Santiago, Abdeljalil Akkari, Luciana Pacheco Marques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

Recebido em: 16 de maio de 2018
Aprovado em: 14 de junho de 2018

SOBRE O AUTOR

Mário Jorge Pereira da Mata é uma pesquisador e professor brasileiro. Ele possui experiência na área de Letras, com ênfase em análise do discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, teoria e análise linguística e análise do discurso